

Edições MEC/BID/UNESCO

Conselho Editorial da Coleção Educação para Todos

Adama Ouane

Alberto Melo

Dalila Shepard

Katherine Grigsby

Osmar Fávero

Ricardo Henriques

BR/2005/PI/H/23

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília :
Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade, 2005.

236 p. (Coleção Educação para todos)

1. Relações raciais. 2. Relações étnicas. 3. Currículo escolar. I. Brasil.
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

CDU: 371.214
316.47



Ministério
da Educação



NOVAS BASES PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL *

Carlos Moore Wedderburn

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade¹ do ensino da história da África nas redes de ensino no Brasil confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano.

Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, as culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do mar Vermelho, do oceano Índico (árabe-muçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente

* Esta contribuição introdutória não teria sido o que é sem a generosa intervenção de cinco pesquisadores, conhecedores das problemáticas históricas africanas e afro-descendentes, que a leram e criticaram.

Obrigado a Luiza Bairos, socióloga, professora da Universidade Católica de Salvador (UCSal) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Daniela Moreau, historiadora, coordenadora da Casa das Áfricas, que revisaram com minúcia as duas versões sucessivas do texto, incumbindo-se da tradução dos trechos em língua estrangeira.

Obrigado a Kabengele Munanga, professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), vice-diretor do Museu de Arte Contemporânea da USP e vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da USP; Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membro do Conselho Nacional de Educação; e Acácio Almeida, sociólogo, professor da Universidade de Santo Amaro (UNISA), que fizeram uma leitura crítica da versão final.

A minha dívida é profunda para com esses pesquisadores, pela solidária mobilização de seu tempo, e até de seus recursos, a fim de que esta reflexão pudesse chegar ao destino com a maior coerência e clareza

¹ A lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/CP 001/2004 regulamentam esta lei.

colonização direta desse continente pelo Ocidente a partir do século XIX,² são tarefas de grande envergadura.

A generalização do ensino da história da África apresenta problemas específicos. Neste texto, assinalamos de maneira sumária e a título indicativo alguns dentre os que, parece-nos, deverão ser levados em conta na formação inicial e continuada das/os professoras/es das redes de ensino incumbidas/os dessa missão. Limitar-nos-emos aos problemas menos evidentes contidos na problemática epistemológica, metodológica e didática em relação à África, tendo em mente que se trata de uma modesta contribuição, entre outras, num campo tradicionalmente semeado de abordagens conflitantes e de acerbas controvérsias. Este texto foi elaborado na perspectiva de abrir um debate de fundo no seio do corpo docente brasileiro de todos os níveis de ensino, assim como dos estudantes das disciplinas humanísticas, com o espírito de democratizar o tema mediante a sua *deselitização* corporativista. Dessa forma, este texto diz respeito e visa a subsidiar o ensino de História da África no Ensino Básico e Superior.

PROBLEMÁTICA EPISTEMOLÓGICA

SINGULARIDADES AFRICANAS

Como todas as disciplinas humanísticas, a história é um campo movediço, prestando-se a múltiplas distorções. O conjunto de elementos que compõem a subjetividade é de fato o que determina a “interpretação” ou “tradução” da realidade do outro. No campo da análise histórica, sob o peso das subjetividades, encontra-se um lugar privilegiado para a produção e a proliferação da mais perigosa aberração produzida pela mente humana – o racismo, com seus múltiplos derivados ideológicos (religiosos ou laicos). Por conta desses fatores, há muitos séculos, reina em torno do continente africano uma confusão quase permanente que continua dominando os estudos sobre os povos autóctones dessa porção do planeta.³

² A Conferência de Berlim (1884-1885) fixou e disciplinou as regras do jogo de ocupação do continente africano. Em 1880, apenas uma décima parte da África estava vagamente ocupada pelos europeus, lembra o historiador Joseph Ki-Zerbo, mas essa situação mudaria bruscamente nos vinte anos seguintes, quando o Ocidente se apoderou de todo o resto do continente (KI-ZERBO, 2002: 76-77).

³ Alguns dos melhores exemplos do quanto alguns pensadores modernos promoveram uma visão racista sobre o continente africano podem ser encontrados nas obras de Wilhelm Friedrich Hegel, François Voltaire, Karl Marx, Charles-Louis de Montesquieu, Eugène Pittard e David Hume, para ficarmos em apenas alguns. É importante lembrar também que a produção da antropologia na sua vertente antropometrista e a etnologia prestaram serviços idênticos, ou ainda maiores, na proliferação e sistematização da lógica racista.

No contexto da história geral da humanidade, a África apresenta em planos diversos um conjunto impressionante de singularidades que remetem a interpretações conflituosas e, muitas vezes, contraditórias. É provável que nenhuma das regiões habitadas do planeta apresente uma problemática de abordagem histórica tão complexa quanto a África – e isso se deve a muitos fatores, entre os quais podemos destacar:

- a sua extensão territorial (30.343.551 km², o que corresponde a 22% da superfície sólida da terra), que vai desde a região do Pólo Sul até o Mediterrâneo e do oceano Atlântico ao oceano Índico, apresentando uma grande variedade climática;⁴
- uma topografia extremamente variada: grandes savanas, vastas regiões desérticas ou semidesérticas (Sahel), altiplanos, planícies, regiões montanhosas e imensas florestas;
- a existência e a interação de mais de 2.000 povos com diferentes modos de organização socioeconômica e de expressão tecnológica;
- a mais longa ocupação humana de que se tem conhecimento (2 a 3 milhões de anos até o presente) e, conseqüentemente, uma maior complexidade dos fluxos e refluxos migratórios populacionais.

BERÇO DA HUMANIDADE

A mais marcante das singularidades africanas é o fato de seus povos autóctones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta, o que faz do continente africano o berço único da espécie humana. Os dados científicos que corroboram tanto as análises do DNA mitocondrial⁵ quanto os achados paleoantropológicos apontam constantemente nesse sentido.

O continente africano, palco exclusivo dos processos interligados de *hominização* e de *sapientização*, é o único lugar do mundo onde se encontram, em perfeita seqüência geológica, e acompanhados pelas indústrias líticas ou metalúrgicas correspondentes, todos os indícios da evolução da nossa espécie a partir dos primeiros ancestrais hominídeos. A humanidade, antiga e moderna, desenvolveu-se primeiro na África e logo, progressivamente e por leva sucessivas,

⁴ No interior do continente as distâncias são imensas – os 7.000 quilômetros que separam o Cabo da Boa Esperança, ao sul, do Cairo, ao norte, são aproximadamente a mesma distância entre Dacar, a oeste, e a extremidade do Chifre da África, a leste.

⁵ DNA mitocondrial humano é um pequeno DNA circular presente nas mitocôndrias (as usinas energéticas da célula) no citoplasma. Este DNA tem uma série de características genéticas peculiares, destacando-se o fato de ter herança puramente materna. Em outras palavras, todo o DNA mitocondrial de um indivíduo vem de sua mãe apenas, sem nenhuma contribuição paterna.

foi povoando o planeta inteiro.⁶ Portanto, as atuais diferenças morfo-fenotípicas entre populações humanas – as chamadas “raças” – são um fenômeno recente na história da humanidade (presumivelmente do final do paleolítico superior, 25.000 a.C. – 10.000 a.C.). E a ciência já descartou como anti-científica a idéia de que o morfo-fenótipo possa incidir de algum modo nos processos intelectuais de socialização ou de aquisição/aprimoramento de conhecimentos.⁷

Desde o mais remoto ancestral do gênero *Homo* (o *Sahelantropo Chadense*, homínido de 6 a 7 milhões de anos, encontrado no Chade⁸), passando pela própria aparição do gênero *Homo* (*Homo Habilis*, de 2 a 5 milhões de anos) e o surgimento dos primeiros *Homo Sapiens Sapiens* (*Homo Sapiens Idaltu*: 160.000 a 200.000 anos), a história da espécie humana se confunde com a própria história da África, onde se originaram, também, as primeiras civilizações do mundo. Cada novo descobrimento da paleoantropologia ou da antropobiologia no continente africano provoca novas ondas de choques e embates entre os cientistas, pois tais descobrimentos invalidam complexos esquemas teóricos até então tidos como definitivos, complicando ainda mais o quadro das interpretações sobre a evolução humana.⁹

As novas interpretações dos dados científicos remetem à grande complexidade do acontecer humano como um dado essencial e permanente da história. Ao mesmo tempo, geram a necessidade de realizar constantes atualizações da história

⁶ Grupos de humanos anatomicamente modernos deixaram o continente africano pela primeira vez há aproximadamente 100.000 anos. Essa população humana ancestral, que tinha apenas *dois mil indivíduos*, migrou progressivamente para os outros continentes, atingindo a Ásia e a Austrália há 40 mil anos, a Europa há 30-35 mil anos, e, finalmente chegando ao continente americano há pelo menos 18 mil anos.

⁷ Convém esclarecer um ponto: o fato de que a noção de “raça” não traduz uma realidade biológica não quer dizer que “raça” não exista como construção histórica. Neste caso, ela corresponde não a uma realidade genotípica (biológica), mas sim a um fato *sócio-histórico* baseado numa realidade morfo-fenotípica concreta à qual se deu uma interpretação ideológica e política. A ficção é a de se pretender que “raça” seja unicamente um fato que deve ser enquadrado na biologia. Infelizmente, *raça* não é uma ficção. Ela é uma realidade sociológica e política bem ancorada na história e que regula as interações entre os povos desde a antiguidade. Desde há séculos, os povos africanos e afro-descendentes têm de se defrontar no cotidiano com essa concretude da *raça*.

⁸ O crânio do “homem de Toumai”, achado no Chade (África Central) em 2002, é cerca de 1,5 milhão de anos mais velho do que o mais antigo ancestral humano até então conhecido. Essa descoberta paleontológica revolucionou a história da evolução humana, colocando-a no próprio centro da África.

⁹ Dentre as abundantes obras recentes que tratam do tema, assinalaremos as seguintes: TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H., *Extinct Humans*. Colorado: Westview Press, 2000; HOWELLS, William, *Getting Here: The Story of Human Evolution*. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993; STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin, *African Exodus: The Origins of Modern Humanity*. New York: Henry Holt, 1998; TATTERSALL, Ian, *The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of our Closest Human Relatives*. Colorado: Westview Press, 1999; HUBBE, M.O.R., ATUL, J.P.V., AZEVEDO, E.T. & NEVES, W.A., *A Primeira Descoberta da América*. Evolução Humana. Sociedade Brasileira de Genética. Ribeirão Preto: Atheneu, 2000.

do continente africano. Essa situação deve ser celebrada, pois enfraquece cada vez mais os velhos mitos e esquemas preconceituosos que chegaram até a colocar em dúvida a própria essência humana dos seres africanos. Ora, a história da humanidade começa precisamente com os primeiros seres humanos africanos; seres dotados de *consciência*, de *sensibilidade*, e não somente de inteligência.

Certa tradição eurocêntrica e hegemônica costuma alinhar o fato histórico com a aparição, recente, da expressão escrita, criando os infelizes conceitos de povos “com história” e de povos “sem história”, que, eventualmente, o etnólogo Lucien Levy-Bruhl iria transformar em “povos lógicos” e “povos pré-lógicos”.¹⁰ Mas a história propriamente dita é a interação consciente entre a humanidade e a natureza, por uma parte, e dos seres humanos entre si, por outra. Por conseguinte, a aparição da humanidade como espécie diferenciada no reino animal, abre o período histórico. O termo “pré-história”, tão abusivamente utilizado pelos especialistas das disciplinas humanas, é uma dessas criações que doravante deverão ser utilizadas com maior circunspeção.

A porta de entrada no ensino da história da África passa pelo reconhecimento desse continente nas suas singularidades essenciais, tais como:

- berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (*Homo Habilis*, *Homo Erectus*, *Homo Neanderthalensis*) como moderna (*Homo Sapiens Sapiens*);¹¹
- lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80 mil anos;
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé).

Parece-nos difícil acreditar numa história verdadeiramente africana, e rigorosamente ancorada nos dados científicos, fora desse esquema geral que tanto a biologia molecular e genética como a paleoantropologia e a lingüística comparada referendam como a autêntica.¹²

¹⁰ Ver: LEVY-BRUHL, Lucien, *La mentalité primitive*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

¹¹ Os dados científicos apontam crescentemente na direção do surgimento, somente na última fase do paleolítico superior (25.000 - 10.000 anos), de variantes morfo-fenotípicas correspondentes aos povos “proto-europóides” e “proto-sino-nipônico-mongóis”.

¹² Ver: DIOF, Cheikh Anta, *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines*. Dakar: IFAN-NEA, 1977; OBENGA, Théophile, *Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes*: Introduction à la linguistique historique africaine. Paris: L' Harmattan, 1993.

BERÇO DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES MUNDIAIS

Uma das singularidades da África decorre, precisamente, do fato de esse continente ter sido o precursor mundial das sociedades agro-sedentárias e dos primeiros Estados burocráticos, particularmente ao longo do rio Nilo (Egito, Kerma e Kush). Ao longo dos séculos, as riquezas desses Estados, assim como as riquezas do império de Axum, na parte oriental do continente, e do império de Cartago, situado na porção setentrional, aguçaram a cobiça de inúmeros povos vizinhos, desde o mediterrâneo europeu (gregos e romanos) e o Oriente Médio semita (hicsos, assírios, persas, turcos, árabes), até o sudeste asiático (indonésios).

Com efeito, desde meados do primeiro milênio a.C. até o período recente de dominação colonial pela Europa Ocidental, a África tem sido o lugar do mundo que sofreu as mais prolongadas e devastadoras invasões de diferentes povos e civilizações. Nesse período de 3.500 anos, proto-europeus (“povos do mar,” gregos, romanos, vândalos), semitas do Oriente Médio (hicsos, assírios, persas, turco-otomanos, árabes), asiáticos do sul (indonésios) e, finalmente, europeus ocidentais (espanhóis, portugueses, franceses, italianos, belgas, ingleses, holandeses, dinamarqueses, suecos, alemães...) têm invadido, conquistado e se apossado de praticamente todo o continente, às vezes de maneira irreversível, como foi o caso da África setentrional e de Madagascar.

ALVO DA ESCRAVIDÃO RACIAL E DOS TRÁFICOS NEGREIROS TRANSOCÊÂNICOS

A singularidade do continente africano que teve a maior repercussão negativa sobre o seu destino, determinando o que é a África de hoje, foi a de ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos às experiências sistemáticas de *escravidão racial* e de tráfico humano transoceânico em grande escala. As deportações violentas de africanos foram metodicamente organizadas, primeiro, pelos árabes do Oriente Médio, desde o século VIII até o século XIX d.C., com ampla participação dos iranianos, persas e turcos. A partir de 1.500 até a segunda metade do século XIX, foram os povos da Europa ocidental que protagonizaram o tráfico negroiro, através do oceano Atlântico.

O chamado “continente negro” – como é designado o continente africano, ainda que nenhum historiador tenha se referido à Europa como continente “branco” ou à Ásia como o continente “amarelo” – foi transformado, durante um período de um milênio, num verdadeiro terreno de caça humana e de carnificina. O impacto negativo cumulativo dessa realidade sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico, político, demográfico, cultural e psicológico dos povos africanos está ainda por ser determinado. Mas as

complexas interconexões existentes entre as singularidades apresentadas e a visão depreciativa que permeia tudo o que se refere à herança histórica e cultural dos povos africanos já começam a aparecer.

ALVO DOS MITOS RACIOLÓGICOS

Às singularidades próprias do continente se agrega outra, de construção totalmente externa: uma mitologia preconceituosa erigida por seus sucessivos conquistadores (hicsos, assírios, gregos, romanos, persas, turcos, árabes, indonésios e europeus), que sobrevive atualmente na maioria das obras eruditas produzidas pelos africanistas de todos os continentes, e pelos historiadores em particular.

O ensino da história da África apresenta, pois, múltiplos problemas específicos de interpretação com os quais o pesquisador nunca defrontará ao percorrer a história dos outros povos do planeta; povos cuja inteligência, dinamismo, capacidade de empreender, aprender e de adaptar-se às condições e aos meios diversos jamais foram questionadas. Por exemplo, nunca se questionou se os povos leucodermes da Europa e do Oriente Médio (semitas), os povos sino-nipônico-mongóis da Ásia setentrional e meridional, ou os povos mongolóides indígenas das Américas, criaram ou não com suas próprias mãos as suas civilizações. Aceita-se facilmente que eles desenvolveram formas de escrita, construíram impressionantes complexos arquitetônicos, realizaram descobertas científicas, ou criaram sistemas filosóficos e religiosos originais e, de modo geral, protagonizaram suas respectivas histórias sem intervenção de forças externas.

No entanto, no caso da África, chegou-se a afirmar que a civilização do Egito faraônico tivesse sido “trazida de fora” por misteriosos povos “de pele branca”, supostamente vindos do Oriente Médio. Ou que as outras antiqüíssimas civilizações do continente (Kerma, Kush, Meroé, Axum, Mwenemotapa) tinham sido, presumivelmente, a obra de uma “raça camita” que até hoje a ciência não consegue localizar em região alguma do planeta. O Egito faraônico foi sumariamente “amputado” da África e colocado ora na esfera histórica do Mediterrâneo Europeu, ora na esfera histórica do Oriente Médio ou da África do Norte, até que um intrépido historiador contestasse veementemente tamanha impostura de caráter racista.¹³ Numídia e Cartago sofreram desde então a mesma sorte, e a África foi *ideologicamente* dividida entre uma “África negra” e uma “África branca”, para marcar a coincidência entre o conceito de raça e o conceito de civilização.

¹³ Ver: DIOP, Cheikh Anta, *Nations nègres et Culture*. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979. Infelizmente, até hoje esse incontornável clássico, que mudou radicalmente o rumo das pesquisas sobre o Egito faraônico, não foi publicada em espanhol ou em português.

É somente quando se trata da África que surgem descrições comparativas racializadas: “egípcios e negros” ou “núbios e negros” (como se os egípcios e núbios da antiguidade não tivessem sido negros), “camitas e negros” etc. Os povos africanos ao sul do Saara foram apresentados, por sua vez, durante longo tempo, como gente “sem história”, “sem escrita”, “sem estados”, e “sem moeda”, ou seja, sociedades desprovidas de coerência orgânica. Sabe-se que na ótica materialista, hegemônica e linear do Ocidente e do Oriente Médio, a expressão “escrita”, a organização em “estados” e a utilização de “moeda” são sinônimos de inteligência, superioridade e civilização. Os povos que não cumpriram esses requisitos seriam, no olhar de muitos pesquisadores, “primitivos” abortos da humanidade, aptos para o lixo histórico.

Outro estratagema urdido pelos historiadores racistas da Europa e do Oriente Médio, e que encontra eco nas dependências acadêmicas na “América Latina”, é o emprego de uma vasta terminologia raciológica e depreciativa para designar os povos melanodermes: “negróide”, “negritico”, “negrilho”, “negrito”, “bushman” (ou seu derivado “bosquímano”).¹⁴

A racialização de tudo tocante à África é uma prática tão universalmente insidiosa que os próprios historiados nem a percebem mais como um elemento de violenta desumanização do ser humano africano. Sobre essas bases movediças que atentam contra o rigor científico se assentaram durante vários séculos os estudos sobre a África. Tais estudos alimentaram o saber acadêmico, religioso e filosófico das sociedades do globo até o início da descolonização do continente, no fim da década de 1950, alastrando-se até hoje. É por isso que, apesar do acúmulo de estudos mais recentes e das descobertas revolucionárias desses últimos dez anos, os oito volumes produzidos e publicados pela Unesco, nos anos 1980, sob a autoridade de um Comitê Científico Internacional¹⁵ para a Redação de uma História Geral da África, continuam plenamente vigentes e atuais. Com efeito, esses volumes

¹⁴ Essas categorizações, altamente prejudiciais, têm sido incorporadas, às vezes, até nas obras de certos historiadores africanos que, normalmente, se supõe que deveriam estar mais atentos que os outros aos conteúdos falsos e racistas. Cabe ressaltar o fato de que nunca foram inventados termos racializados correspondentes para designar as realidades dos povos europeus, semitas ou asiáticos. Com efeito, as disciplinas antropológicas, etnológicas ou históricas carecem de designações tais como “brancóide” ou “branquinho”, “semitóide” ou “semitinho”, e muito menos “amarelóide” ou “amarelinho”.

¹⁵ O Comitê Científico Internacional, responsável intelectual da obra, era formado por 39 membros, 2/3 deles africanos e 1/3 não africanos. No Brasil a editora Ática traduziu e publicou os seguintes volumes: 1. Metodologia e pré-história da África, coordenado por J. Ki-Zerbo; 2. A África antiga, coordenado por G. Mokhtar; 4. A África do século XII ao século XVI, coordenado por D.T.Niane; e 7. A África sob dominação estrangeira, 1880-1935, coordenado por A. Adu Boachen.

apresentam uma visão panorâmica, diacrônica e objetiva desse continente, rompendo com a racialização binária sistemática.

Entretanto, ainda hoje, a visão raciológica continua a afetar boa parte das obras consagradas ao continente africano, tanto na Europa e nos Estados Unidos como também no Oriente Médio e na América Latina, onde, de modo geral, os incipientes estudos africanistas são, freqüentemente, meras prolongações dos conceitos e preconceitos urdidos pela academia européia e norte-americana.

É dentro desse marco paradigmático, e atendendo às múltiplas questões de compreensão/interpretação que ele suscita e impõe, que também deverão ser enxergados e abordados os problemas epistemológicos, metodológicos e didáticos em relação ao ensino da história da África.

PROBLEMÁTICA METODOLÓGICA

PARA UMA METODOLOGIA ESPECÍFICA

Poder-se-ia dizer que o ensino da história da África não pode fugir das práticas metodológicas geralmente aplicadas no ensino da história de outras partes do globo. Temos visto, no entanto, que a história altamente complexa da África e de seus povos possui características singulares que não afetaram a história de outras regiões.

Por causa dessas singularidades já assinaladas, é imprescindível adotar uma abordagem transversal, transdisciplinar e de longa duração, baseada em uma dupla diacronicidade, a saber: a) diacronicidade intracontinental, e b) diacronicidade extracontinental.

DIACRONICIDADE CONTINENTAL E MUNDIAL

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das inter-relações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extra-africano. Somente assim poderão ser descobertas as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiu e/ou influenciou eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso, como tem se dado até agora. Um enfoque diacrônico que privilegie tanto as relações intra-africanas quanto a interação do continente com o mundo exterior permitirá dar conta de fenômenos e de períodos que ainda se mantêm na escuridão e são lacunas do conhecimento mundial.

Isolar a história da África da história do resto do mundo, como ainda continua sendo feito em muitas instâncias, equivale a contribuir para a opacidade da própria história dos povos extra-africanos, além de colocar a história dos povos africanos numa situação de ininteligibilidade histórica total. Para fugir desse lamaçal, não há muitas opções fora do restabelecimento dos complexos nexos existentes entre a história dos povos africanos entre si, desde a mais alta antiguidade até o presente, assim como restabelecer os nexos entre África e mundo exterior.

Talvez o período obscuro de maior importância para a compreensão da história do continente seja o do fim do segundo milênio a.C. Sabemos que, grosso modo, foi nesse período que ocorreram as grandes migrações de povos euro-asiáticos para o seu habitat atual, tanto na Europa como na Ásia. Sabemos também que essas grandes migrações, realizadas à custa das populações autóctones dessas regiões, chegariam a afetar de maneira letal as civilizações do mundo antigo.

Difícilmente se poderá proceder ao levantamento histórico africano isolando esses acontecimentos mundiais. Portanto, o restabelecimento da diacronicidade intra-africana, como aquela que existe em relação com o exterior, pode ser considerada como uma das prioridades da historiografia renovada da África.

A PERSISTENTE TRADIÇÃO LINEAR-FACTUAL

A abordagem histórica do continente africano na ausência de parâmetros diacrônicos, nos sentidos intracontinental e extracontinental assinalados, desemboca necessariamente no reducionismo simplificador próprio à tradição linear-factual que ainda aprisiona a historiografia africana.

Há uma considerável quantidade de obras que apresentam a história da África numa recitação linear, desprovida de dinamismo social orgânico e sem interconexões das sociedades africanas ou com as sociedades extra-africanas. Desse enfoque emerge um quadro sem profundidade social, pois privilegia as ações individuais de eminentes monarcas, as grandes batalhas e conquistas militares sobre inimigos circunstanciais. Embora a rica tradição preservada nos repertórios dos Griôs seja de uma importância inestimável na reconstituição da história específica dos povos e um importante baluarte da memória coletiva, não se pode perder de vista que ela forma parte da linhagem historiográfica que denominamos de linear-factual, apresentando os inconvenientes inerentes a essa abordagem.

Cabe lembrar que os Griôs conformam uma casta, no sentido de agremiações fechadas de caráter socioprofissional hereditário. Numa sociedade de castas, por exemplo, se é ferreiro, marceneiro ou artesão de jóias, hereditariamente. A casta Griô sempre esteve incumbida da captação, da preservação e da transmissão da memória histórica do conjunto da sociedade ou de setores específicos dela. O que chamamos de tradição griótica se refere ao relato linear, circunstanciado pela narração cronológica de fatos e eventos. Os Griôs são, pois, cronistas, por hereditariedade, de uma sociedade.

A abordagem linear-factual direciona a atenção, freqüentemente laudatória, à nobreza dominante em detrimento de uma análise transversal do conjunto social. Ao contrário, um enfoque que privilegie a interação contraditória das classes e agremiações sociais, mostrando os mecanismos internos de exploração, de dominação e de coerção, assim como os conflitos decorrentes do choque de interesses variados, se revela muito mais fecundo e suscetível de refletir as realidades concretas.

Há critérios divergentes sobre como direcionar metodologicamente os estudos sobre a África, dependendo dos diferentes níveis de ensino. Para muitos é necessário manter um enfoque linear-factual – no estilo dos Griôs – para níveis correspondentes ao ensino fundamental.

De maneira mais ou menos geral, há concordância de que, a partir do ensino médio, deve-se passar para uma visão complexa da história da África, centrada num estudo das dinâmicas internas, para elucidar a especificidade dos povos e das sociedades. O ensino médio é a porta de entrada para o mundo acadêmico, portanto se espera que nesse nível a história africana já seja abordada de forma complexa.

EM BUSCA DE UMA SÍNTESE METODOLÓGICA

O empenho eurocêntrico deixou um legado raciológico que ainda hoje continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente. Esse obstáculo somente cederá diante da criatividade, do rigor científico e da curiosidade investigativa do pesquisador ou docente.

Pode-se conceber uma solução por meio do confronto e do cruzamento das metodologias utilizadas pelos mais sólidos historiadores africanos. Temos em

mente, especificamente, pesquisadores tais como: Joseph Ki-Zerbo,¹⁶ Cheikh Anta Diop,¹⁷ Elikia M'Bokolo,¹⁸ Boubakar Barry,¹⁹ J. F. A. Ajayi,²⁰ Sekene Mody Cissoko,²¹ Théophile Obenga²² e Pathé Diagne.²³ Apesar de divergirem entre si em muitos aspectos, eles convergem o suficiente nas áreas fundamentais para que seus trabalhos forneçam os elementos necessários para uma epistemologia comum. Portanto, a definição dos pontos de convergência entre esses diversos autores permite-nos conceber uma nova base metodológica suficientemente abrangente e flexível para enxergar as realidades do continente na sua totalidade geográfica.

EXIGÊNCIAS ANALÍTICO-INTERPRETATIVAS

As abordagens historiográficas de Ki-Zerbo, Diop, Ajayi, Obenga, Cissoko, M'Bokolo e Diagne coincidem suficientemente em torno da questão das exigências analítico-interpretativas requeridas para a compreensão da evolução das sociedades africanas. Esses autores fazem uma análise diferenciada de cada uma partindo do marco referencial comum a todas elas. Poder-se-ia resumir essas exigências, simplificando-as um pouco, da seguinte maneira:

- enfoque histórico-temporal de longa duração;
- diacronicidade continental;
- preeminência histórica absoluta e exclusiva do continente africano na emergência da humanidade, na sua configuração tanto antiga como moderna e no povoamento do planeta;
- anterioridade histórica da civilização egípcio-núbio-meroítica;

¹⁶ Ver: KI-ZERBO, Joseph, *Historie de l'Afrique Noire*. Paris: Hatier, 1978.

¹⁷ Ver: DIOP, Cheikh Anta, *L'Afrique noire précoloniale*. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987; *Antériorité des civilisations négres, mythe ou vérité historique?* Paris: Présence Africaine, 1967, 1993.

¹⁸ Ver: MBOKOLO, Elikia, *África Negra. História e Civilizações*, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

¹⁹ Ver: BARRY, Boubakar, *Le royaume du Wallo*. Le Senegal avant la conquête. Paris: Karthala, 1985.

²⁰ Ver: AJAYI, J. F. Ade, *General History of Africa: Africa in the Nineteenth Century Until the 1880s*. Los Angeles: University of California Press, 1998; *People and Empires in African History: Essays in Memory of Michael Crowder*. London: Longman, 1992.

²¹ Ver: CISSOKO, Sekene Mody, *Histoire de l'Afrique occidentale*. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850). Paris: Présence Africaine, 1966.

²² Ver: OBENGA, Theophile, *Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale*. Paris: Présence Africaine, 1976.

²³ Ver: DIAGNE, Pathé, *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: Essais sur les Institutions politiques précoloniales*. Paris: Présence Africaine, 1967.

- evolução multilinear das sociedades africanas a partir de matrizes político-econômicas, filosófico-morais e lingüístico-culturais comuns;
- delimitação de fases específicas de evolução sócio-histórica, segundo momentos socioeconômicos precisos;
- enfoque societário centrado na estratificação social, nos modos de produção e nas estruturas políticas;
- delimitação das evoluções societárias segundo espaços civilizatórios específicos.

Os grandes marcos referenciais que obedecem a critérios históricos e paleontológicos comprovados, em relação aos quais existe certa unanimidade, podem resumir-se a esses oito pontos de demarcação histórica propriamente africana. Os pontos de convergência entre esses cinco historiadores podem constituir uma base que nos permita evocar uma “metodologia Diop-Ki-Zerbo-M’ Bokolo-Obenga-Diagne” para a abordagem da história da África? Pensamos que sim. Ela consistiria na definição dos seguintes aspectos como constitutivos da inteligibilidade histórica especificamente africana:

- periodização de longa duração (começando com o próprio processo de hominização);
- configuração de espaços civilizatórios singulares;
- análise societária centrada na *atividade* principal de produção (coleta, caça, pastoreio) como determinante do grau de complexidade das relações sociais;
- análise societária centrada na *estratificação* da sociedade em agregados de interesses diferenciados;
- análise societária centrada no *modo de produção*, como estrutura fundamental da sociedade classista;
- Análise societária centrada nas estruturas de poder e comando político.

Com base nesses seis critérios iremos erigir esquemas analíticos flexíveis com o intuito de incorporar ao máximo a imensa complexidade histórica e social africana, respeitando o lugar que ocupa cada povo – no espaço e no tempo – na sua própria inscrição histórica.

DEFINIÇÃO DE “ESPAÇOS CIVILIZATÓRIOS”

A complexidade social, aliada à massividade e à extrema diversidade eco-geográfica do continente africano, impõem a necessidade de enxergá-lo analiticamente por intermédio da noção de “espaço civilizatório” como lócus das inter-relações fundantes da sociedade. Atendendo às considerações que aliam tanto a identificação das continuidades geo-lingüístico-culturais atuais quanto as delimitações de espaços político-culturais antigos, podem ser definidos, para começar, pelo menos quinze grandes “espaços civilizatórios” africanos surgidos de uma evolução humana que parte do período Neolítico (10.000 a.C. – 4.000 a.C.), a saber:

- núbio-egípcio-kushita;
- etíope-somálio-axumita;
- ugando-ruando-burundês;
- tanzano-queniano-zairiano;
- zimbábua-moçambicano;
- botswano-azariano;
- madagasco-comoriense;
- namíbio-zambiano;
- congo-angolano;
- nígero-camaronês;
- ganeano-burkino-marfinense;
- senegalo-guineo-maliense;
- mauritano-saeliano;
- marroco-numídeo-cartaginês;
- chado-líbio.

Esse corte analítico, de natureza ao mesmo tempo histórica, cultural e espacial, infere imbricações osmóticas de todo tipo, que contrastam com a visão de “estanqueidade” que muitos estudos africanistas persistem em veicular.

ANÁLISE SOCIETÁRIA CENTRADA NO MODO DE PRODUÇÃO, NAS ESTRUTURAS

POLÍTICAS E NAS RELAÇÕES SEGMENTÁRIAS

As sociedades africanas podem ser analisadas a partir de uma identificação baseada:

I) no modo de sustentação da vida material e social em relação à função produtiva principal:

- caça-coleta nômade;
- pastoreio nômade;
- agro-pastoreio;
- agro-manufatura.

II) nas estruturas de poder e de comando político:

a) Estados:

- agro-burocracia abrangente (pluri-étnica);
- agro-burocracia restrigente (mono-étnica).

b) Chefaturas:

Chefatura confederada (multi-clânica);

Chefatura básica (uni-clânica).

III) nas formas de estratificação social em agregados diferenciados, hierárquicos ou horizontais:

- agremiações sociais fechadas²⁴ (de gênero, de idade, de casta);
- agremiações sociais abertas (classes).

A partir desse esquema geral, pode-se partir para uma delimitação dos períodos históricos de longa duração que correspondem à evolução singularmente africana. Dividimos esse enorme período em três “marcos referenciais”: Antigo, Formador e Moderno, nos quais privilegiamos os seguintes elementos:

²⁴ Trata-se daquelas agremiações que, tradicionalmente, foram batizadas de “organizações secretas”, designação que abandonamos em favor do termo “sociedade fechada”, cunhado por Kabenguele Munanga, que é muito mais apropriado à natureza e funções desse tipo de agrupamento social.

- ciência, tecnologia, religião, artes e filosofia;
- organização socioeconômica e lutas sociais;
- interação das famílias lingüísticas africanas.

PARA UMA NOVA PERIODIZAÇÃO AFRICANA (ANTIGA E MODERNA)

A periodização é um padrão conceitual que facilita a apreensão de uma longínqua trama histórica ou pré-histórica, tornando-a inteligível para nós. Ela é necessariamente arbitrária porquanto surge de uma necessidade de ordem e de delimitação por parte do pesquisador. Se descartarmos definitivamente o conceito de “pré-história”, no que diz respeito à África posterior a 2,5 milhões de anos atrás, o ciclo histórico de qualquer periodização se iniciaria logicamente nesse continente com a aparição da primeira humanidade arcaica como espécie diferenciada dentro da família dos hominídeos. No estado atual de nossos conhecimentos, esse evento aconteceu efetivamente pelo menos há 2,5 milhões de anos. Somente uma periodização de *longa duração* poderia refletir esses fatos históricos, que a ciência moderna legitima, e refletir sobre aquelas singularidades que são próprias à historiografia africana.

Por conseguinte, há várias formas de abordagem para potencializar a inteligibilidade desses grandes períodos de uma história de tal extensão. Aquela que propomos consiste num padrão de periodização que levaria em conta tanto a produção das idéias filosóficas, religiosas e morais como a produção do conhecimento científico e tecnológico pelas distintas sociedades:

- o processo de hominização;
- o povoamento do continente africano pela humanidade arcaica;
- os êxodos do continente e o subsequente povoamento do planeta;
- os processos de migração intra-africana, sedentarização e assentamento agrícola;
- o processo da construção dos primeiros Estados agro-burocráticos da história;
- as lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas, os expansionismos intra-africanos desde a antiguidade núbio-egípcia até a contemporaneidade;
- as invasões do exterior;

- a conquista e a colonização árabes da África setentrional;
- os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos;
- os processos de desintegração de espaços sócio-históricos constituídos;
- a conquista e a colonização européias de todo o continente africano;
- as lutas de libertação e a descolonização da África;
- as lutas da pós-independência.

Nesse caso, o enfoque deveria estar direcionado para a análise de cada um dos quinze espaços civilizatórios especificados, no enquadramento dos seis marcos referenciais de periodização definidos, a saber, Antiguidade Próxima, Antiguidade Clássica, Antiguidade Neoclássica, Período Ressurgente, Período Colonial e Período Contemporâneo. Parece-nos que essa abordagem apresenta a vantagem de um enfoque panorâmico, que, sem desnaturar ou desfigurar a experiência histórica dos povos africanos, os coloca numa posição de maior inteligibilidade para o estudo por parte daqueles que até mesmo não possuem, no início, uma grande familiaridade com essas questões.

○ MARCO REFERENCIAL ANTIGO

ANTIGUIDADE PRÉ-HISTÓRICA (7.000.000 A.C. – 2.500.000 A.C.)

- o processo de hominização e a aparição de várias espécies de homínídeos.

ANTIGUIDADE REMOTA I (2.500.000 A.C. – 1.000.000 A.C.)

- surgimento, sucessivamente, de dois troncos prototípicos da família humana arcaica (*Homo Habilis*, *Homo Erectus*) e primeiras migrações fora da África (Oriente Médio, Ásia).

ANTIGUIDADE REMOTA II (1.000.000 A.C. – 200.000 A.C.)

- surgimento da família humana proto-moderna (*Homo Sapiens Neandertalensis*) e migrações para o Oriente Médio e a Europa.

ANTIGUIDADE REMOTA III (200.000 A.C. – 10.000 A.C.)

- surgimento da família humana anatomicamente moderna (*Homo Sapiens Sapiens*); povoamento definitivo do planeta por levas sucessivas a partir da África;
- aparição de novos “troncos fenotípicos” na Eurásia (proto-europóides e proto-sino-nipônico-mongóis);
- migrações dos povos leucodermes europóides;
- migrações dos povos leucodermes sino-nipônico-mongóis.

O MARCO REFERENCIAL FORMADOR

De modo geral, o Neolítico se apresenta como o momento em que os ancestrais imediatos das famílias lingüísticas correspondentes aos povos e às sociedades que conhecemos atualmente chegaram aos *habitats* que ocupam hoje. Embora ainda não tenhamos um desenho geral concreto sobre esse período, com a abrangência e a meticulosidade que se requer, sabe-se que os ecossistemas atuais do continente africano se constituíram entre 12.000 a.C. e 3.000 anos a.C., dando ao continente essa “configuração ambiental que explica o desenvolvimento das práticas agrícolas” (M’BOKOLO, 2003: 51). Por isso privilegiamos o Neolítico como o ponto de referência para determinar aquelas configurações histórico-demográfico-culturais que designamos como “espaços civilizatórios”.

Atentos ao fenômeno de longa continuidade na ocupação do solo e das complexas dinâmicas migratórias intra-continenciais, parece-nos apropriado utilizar o período que vai desde o início do Neolítico (10.000 a.C.)²⁵ até meados do século XIX, como o grande marco histórico referencial para uma periodização suficientemente flexível. Atendendo a essas considerações, a historiografia africana dos últimos dez milênios pode conceber-se no interior de cinco grandes períodos, respectivamente denominados como “clássico”, “neo-clássico”, “ressurgente”, “colonial” e “contemporâneo”.

ANTIGUIDADE PRÓXIMA (10.000 A.C. – 5.000 A.C.)

Aparição das primeiras sociedades sedentárias agrícolas nos diferentes espaços civilizatórios.

²⁵ Convencionalmente, o período entre 10.000 a.C. e 4.000 a.C. está dividido em Mesolítico (de 10.000 a.C. a 8.000 a.C.) e Neolítico (de 8.000 a.C. a 4.000 a.C.). Privilegiamos a unificação desses, para constituir um só período abrangente: Neolítico (de 10.000 a.C. a 4.000 a.C.).

ANTIGUIDADE CLÁSSICA (5.000 A.C. – 200 D.C.)

Aparição, apogeu e declínio das primeiras civilizações agro-burocráticas clássicas: Egito, Kerma, Kush, Cartago, Axum (primeiras potências africanas), atendendo a:

- organização social;
- extensão imperial;
- rivalidades políticas interafricanas;
- invasões pelos povos europeu-mediterrâneos (“povos do mar”);
- invasões pelos povos semitas (hicsos);
- rivalidade com o mundo semita emergente (hititas, assírios, persas);
- confrontações com o mundo greco-romano.

ANTIGUIDADE NEO-CLÁSSICA (200 D.C. – 1.500 D.C.)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos neo-clássicos nos diferentes espaços civilizatórios (Ghana, Kanem-Bornu, Mali, Mwenemotapa, Songoi...).

O império árabe e os tráficos escravistas pelo Saara, pelo Oceano Índico e pelo Mar Vermelho (séculos VIII-XVI).

○ MARCO REFERENCIAL MODERNO

PERÍODO RESSURGENTE (1500 – 1870)

Aparição, apogeu e declínio dos Estados agro-burocráticos ressurgentes nos diferentes espaços civilizatórios (Kongo, Oyo, Walo, Tekrur, Macina, Segu, Kayor, Diolof, KwaZulu, Buganda, Bunyoro...).

A dominação imperial europeia e o tráfico escravista transoceânico pelo Atlântico (séculos XV-XIX).

PERÍODO COLONIAL (1870 – 1960)

A destruição pela Europa dos Estados agro-burocráticos ressurgentes e a colonização do continente africano.

O processo de subdesenvolvimento do continente africano pela Europa e o surgimento da supremacia planetária do mundo ocidental.

As lutas dos povos africanos pela descolonização do continente e o surgimento da ideologia pan-africanista²⁶ na África e nas diásporas africanas.²⁷

PERÍODO CONTEMPORÂNEO (A PARTIR DE 1960)

Do sonho libertacionista ao pesadelo neo-colonialista.

As independências políticas africanas: a decapitação política da África e a implantação do neo-colonialismo ocidental.

A África em crise I: as elites vassalas.

A África em crise II: os conflitos entre nações.

O futuro da África: globalização neo-liberal ou invenção de uma via alternativa africana?

COMO CATALOGAR AS ESTRUTURAS SOCIAIS AFRICANAS

AS FORMAÇÕES SOCIAIS, OU MODOS DE PRODUÇÃO

Diversas e complexas estruturas socioeconômicas, chamadas de “modos de produção” ou “formações sociais”, marcaram a vida social dos diferentes povos africanos através dos tempos. Por diversas razões, nem todas das quais nos são conhecidas, essas sociedades se encontram hoje em diferentes situações de adaptação socioeconômica e tecnológica. Existem casos, por exemplo, de povos outrora sedentários e agrícolas que se reconverteram em caçadores-coletores em virtude de invasões e agressões perpetradas contra suas sociedades.

²⁶ Pan-africanismo: ideologia política elaborada no século XIX, logo após a abolição da escravidão, por pensadores afro-descendentes nas Américas, dos quais os mais proeminentes são Edward Wilmot Blyden, Sylvester Williams, W. E. B. DuBois, Marcus Garvey, Caseley Hayford, George Padmore, C. L. R. James. Centra-se na ação política e econômica sustentada em prol da descolonização do continente africano e no estabelecimento de nações soberanas.

²⁷ Diáspora Africana: conjunto de comunidades de afro-descendentes em diferentes continentes.

Todas essas sociedades, surgidas do fundo dos tempos, eclodiram na composição de mais de 2.000 sociedades que compõem atualmente o universo africano. Como defini-las estruturalmente constitui um dos maiores quebra-cabeças para os africanistas.

Um momento único de desenvolvimento humano, em que mais de 2.000 povos estivessem no mesmo patamar socioeconômico e tecnológico nunca existiu na África, como não se deu também nas outras regiões do mundo. Desde o Neolítico, povos pastoris, agricultores sedentarizados e povos caçadores, adaptados à vida nas florestas, têm coabitado nos mesmos espaços. Grandes espaços dominados por Estados burocráticos potentes sempre coexistiram com agremiações étnicas, clânicas ou com confederações tribais. Portanto, a maneira mais racional e dinâmica de se abordar o problema, parece-nos ser de considerar cada povo e as instituições por ele produzidas ao longo do tempo, no contexto da sua própria inscrição histórica.

O primeiro pressuposto a descartar é, sem dúvida, uma ótica unilinear e universal, como a que surgiu do dogmatismo marxista a partir dos desacertos da própria metodologia de Karl Marx.²⁸ Nem dentro nem fora da África houve um modo de desenvolvimento histórico universalmente linear. A história da humanidade, felizmente, é bem mais complexa do que isso, como o demonstrou o cientista senegalês Cheikh Anta Diop.²⁹

É nessa fase das preocupações que surge a difícil e problemática questão do lugar que ocuparam, desde a alta antiguidade egípcio-núbia até o século XIX, as estruturas servis de exploração socioeconômica, tais como as formas diferentes de trabalho *escravo*, seja para a produção de serviços, seja para a produção de mercadorias de uso ou de exportação, seja como “mercadoria de câmbio” para o comércio exterior ou intra-comunitário.

²⁸ Ver: BAECHLER, Jean, *Les origines du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1971.

²⁹ DIOP, Cheikh Anta, *L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1959.

AS CATEGORIAIS SERVIS

Apesar da enorme produção analítica sobre a escravidão no mundo inteiro,³⁰ não se chegou até hoje a uma teoria geral sobre a escravidão que seja suficientemente abrangente e flexível para permitir o desmembramento tipológico desse sistema particular de trabalho opressor atendendo às especificidades de épocas e sociedades.

A África, no seu percurso de estruturação de diferentes formas de relações sociais, conheceu diversos modelos de relações de trabalho e de produção baseados no trabalho servil escravo.³¹ A questão que continua sendo o problema é: de que tipo de escravatura se trata? Como conceber uma tipologização de formas especificamente africanas de trabalho servil à base de escravos?

A escravização de um ser humano por outro ser humano, seja qual for a razão ou ocupação à qual estaria destinada tal força de trabalho, é sempre uma das expressões mais cruéis da dominação na história da humanidade. Certamente, essa forma de exploração, que arranca do ser humano o direito à sua dignidade inata, é odiosa e condenável sem apelo.

A escravatura existente na África, principalmente no período pré-islâmico e pré-colonial, continua a desafiar as tentativas de tipologização, sendo motivo das mais divergentes e contraditórias análises.³² Todo o assunto gira em torno da questão: houve escravatura *sem sistema escravista* que englobasse a totalidade da sociedade na África? Com base nas pesquisas cada vez mais precisas que estão sendo realizadas pelos especialistas africanos, começa a emergir uma visão que remete a uma complexidade maior do que se pensava.

³⁰ Com relação à escravidão em geral, ver: VERLINDEN, Charles, *L'Esclavage dans l'Europe Médiévale*. Bruges: De Tempel, 1955. Ver também: DAVIS, David Brion, *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FINLEY, Moses I., *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 1991; BAKIR, Abd el-Mohsen, *Slavery in Pharaonic Egypt*. Cairo, 1952; CHANANA, Dev Raj, *Slavery in Ancient India: as Depicted in Pali and Sanskrit Texts*. New Delhi, 1960; MENDELSON, Isaac, *Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First Millennium*. Nova York: Oxford University Press, 1949; WESTERMANN, William L., *The Slave. Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974. Sobre a Ásia, ver: WILBUR, C. Martin, *Slavery in China during the Former han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25*. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943; WATSON, James (org.), *Asian and African Systems of Slavery*, New York: Oxford Press, 1980.

³¹ Sobre a escravatura africana, ver o excelente trabalho: MEILLASSOUX, Claude, *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

³² Ver: MEILLASSOUX, Claude, *L'esclavage en Afrique précoloniale*. Paris: Maspéro, 1975; BARRY, Boubakar, *Le royaume du Wallo*, Paris: Karthala, 1985; *Le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala, 1985; e CISSOKO, Sekene Mody, *Tombouctou et l'Empire Songhay*. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.

As formas de regime de trabalho escravo na África foram tão variadas quanto complexas, envolvendo, na sua maioria, o trabalho escravo *serviçal*, sem se chegar nunca a uma situação de *escravidão econômica generalizada* e, muito menos, de *escravidão racial*, como aquela que predominou nas *plantations* do Oriente Médio e, mais tarde, das Américas. As formas autóctones de escravidão que existiram no continente africano até o advento do Islã, no século IX, e a consequente perturbação profunda da ordem estrutural interna foram do tipo doméstico-serviçal, com pouca extensão para a esfera da produção econômica. Essa situação tenderia a mudar com a crescente “arabização” e “islamização” das estruturas sociais africanas, como demonstra o caso do império Songai, sem no entanto atingir, em qualquer época, uma formação social englobante sobre a qual repousasse o conjunto da sociedade, o que a caracterizaria *ipso facto* como *sistema dominante*.

No estado atual de nossos conhecimentos, nada autoriza a afirmação de que as formas africanas de escravidão se acercam àquelas desenvolvidas na Europa, desde a época greco-romana até o final da Idade Média, já estudadas por Charles Verlinden,³³ ou àquela praticada no Oriente Médio a partir do século IX, já evocada, entre outros, por Bernard Lewis.³⁴ As formas de escravidão propriamente africanas³⁵ também não podem ser confundidas com o modelo desenvolvido nas Américas (*escravidão racial*), a partir do século XVI. O esforço de Paul E. Lovejoy,³⁶ tendente a demonstrar a existência na África de um *modo de produção* escravista de caráter dominante, não nos parece suficientemente convincente para mudar essa conclusão.

Desde o início das primeiras entidades burocráticas africanas, no vale do Nilo, no período clássico, até a chegada dos árabes no século VII e a chegada dos europeus no século XV, a condição de escravo correspondeu a uma *categoria social* entre várias outras, e não foi de nenhum modo nem socialmente dominante, nem demograficamente preponderante. Isso quer dizer que a condição servil escrava, seja doméstico-serviçal, burocrático-militar ou econômico-produtora, correspondeu a uma definição estritamente social, independentemente do juízo que nós possamos, e devemos, ter sobre essa forma de estratificação da sociedade.

³³ VERLINDEN, Charles, *op. cit.* Vol 1 e Vol 2. Greut: De Tempel, 1977.

³⁴ LEWIS, Bernard, *Race and Slavery in the Middle East*. London: Oxford University Press, 1994.

³⁵ Naturalmente, excluimos desta consideração o caso da África setentrional conquistada e povoada pelos árabes, onde foi imposta e praticada em grande escala a escravidão racial oriunda do Oriente Médio árabe-semita.

³⁶ LOVEJOY, Paul E., *A escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

A menos que se possa demonstrar o contrário com base numa análise rigorosamente fincada nas estruturas concretas, a África não conheceu um modelo único, perene, e muito menos dominante, de estruturas servis baseadas na escravidão. Não parece haver surgido em parte alguma do continente, em qualquer época que se considere, um *modo de produção dominante* – sobre o qual tivesse repousado o conjunto da sociedade, como foi o caso na Europa greco-romana, no Oriente Médio e nas Américas – baseado no trabalho escravo.

Como definir a instituição da escravatura conhecida no continente africano desde a época egípcio-kushítica faraônica até os alvores do século XIX? Um número crescente de africanistas, sejam eles africanos ou não, têm-se empenhado, ultimamente, nessa tarefa, mas os resultados até agora se mostram inconclusos. Em muitos casos, a análise parece “forçada” e, às vezes, francamente atentatória à verdade histórica. Outros objetivam demonstrar que as formas africanas de escravidão eram similares, se não piores, às da escravidão racial das Américas, às da escravidão greco-romana, e às da Europa medieval ou às do Oriente Médio. Não obstante o caráter manifestamente ideológico que poderiam ter algumas dessas abordagens, ou as razões extra-acadêmicas que poderiam consubstanciá-las, o tema de como catalogar as estruturas escravistas propriamente africanas deverá ser analisado como uma exigência a mais do conhecimento histórico geral da África.³⁷

No futuro, essas indagações deverão estar no centro dos esforços investigativos, sem idealizar de modo algum as estruturas pré-islâmicas e pré-coloniais dos povos africanos, a fim de elucidar as grandes questões suscitadas pelo percurso e o destino tão singular do continente africano. Em todo caso, com a queda final do continente africano, há cinco séculos, o mundo despencou na barbárie³⁸ planetária, marcada pelos genocídios americanos, o gigantesco tráfico negreiro Atlântico, a imposição da *escravidão racial* nas Américas, a extensão imperialista da Europa sobre o resto do mundo e, naturalmente, o surgimento da atual ordem capitalista mundial e a conseguinte planetarização do racismo.

³⁷ Ultimamente, à medida que é trazida à tona, pelos africanos e pelas diásporas afro-descendentes, a questão de reparações para o continente africano pelos tráficos negreiros desenvolvidos em grande escala pelos árabe-semitas do Oriente Médio e pelos Europeus do Ocidente, observa-se uma tendência crescente em certos meios acadêmicos, particularmente norte-americanos, à banalização da natureza holocástica desses tráficos e da própria escravatura racial nas Américas. Esse fenômeno, por sua vez, não parece estar desvinculado do surgimento das tendências unilateralistas nas relações internacionais como consequência da queda do império soviético. Ela é, possivelmente, uma das várias manifestações do auge de uma nova ordem planetária homogeneizadora e geradora de um pensamento único. Ver nesse sentido: THORNTON, John, *A África e os Africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

³⁸ Ver: DIOP, Cheikh Anta, *Civilisation ou Barbárie*. Paris: Présence Africaine, 1981.

PROBLEMÁTICA DIDÁTICA

As fontes de ensino

É possível antecipar que a implantação do ensino da história da África no Brasil apresentará problemas que também tiveram de ser enfrentados e resolvidos no continente africano. Considerando a visão negativa sobre a África que predominou na sociedade brasileira durante tanto tempo, o primeiro desses problemas e, talvez, o de maior significado tem a ver com o pesado legado de fontes bibliográficas eruditas “poluídas”.

Trata-se aqui do problema de “retroalimentação”, ou seja, da reintrodução no ensino contemporâneo de teorias desacreditadas pelos estudos científicos. Ora legitimadas por novos argumentos, ora envoltas nessas latitudes numa nova roupagem acadêmica, não é inconcebível que a maioria das obras sobre a África estejam *sutilmente* imbuídas de tenazes e profundos preconceitos contra os povos e as civilizações africanas. O pesado legado dos séculos que corresponderam aos momentos mais trágicos da história dos povos da África renasce constantemente de suas próprias cinzas. Com efeito, esse é um dos maiores problemas que afeta o ensino da história da África no mundo inteiro.

Quando a Unesco tomou a decisão pioneira de redigir a História Geral da África (8 volumes), defrontou com esse tipo de problema. Por isso, é necessário ter uma idéia precisa de quais obras apresentam o maior grau de objetividade científica e o menor risco de transposição, para o universo do ensino, das teses preconceituosas e das informações infundadas de outrora.

A AVALIAÇÃO DAS FONTES DE ENSINO

Há em toda a América Latina uma carência de material didático sobre a África, em línguas portuguesa e espanhola. Essa questão não será resolvida tão cedo, considerando que a tradução e a publicação das obras estão submetidas a considerações de mercado e da política das grandes editoras. Corre-se o grande risco de que se privilegiem para a tradução em língua portuguesa, precisamente, obras preconceituosas ou *desatualizadas*, situação com a qual haverá de se coexistir durante um longo tempo.

Nortear os estudos sobre a África em função de todas as considerações expostas exige repousar o esforço didático sobre um corpo de obras interdisciplinares desprovidas de preconceitos raciológicos ou ideológicos e que respeitem a verdade

histórica. Essas obras, que devem responder a vários critérios entrelaçados que garantam sua confiabilidade, poderiam ser selecionadas, possivelmente com a assistência da Unesco, por um painel pluridisciplinar de especialistas com comprovada familiaridade com as realidades africanas e com sólidos conhecimentos da bibliografia sobre o continente. Isso permitiria estabelecer uma ordem de prioridades das obras a serem traduzidas e que poderiam servir de bibliografia mínima norteadora sobre a história da África.³⁹

OBRAS DOS CIENTISTAS AFRICANOS

Até os anos sessenta do século XX, a produção sobre a história da África esteve inquestionavelmente monopolizada por africanistas europeus, americanos e árabes, majoritariamente imbuídos de uma visão fundamentalmente essencialista e raciológica. Essa tendência tem diminuído em parte, mas não desaparecido, com o crescimento exponencial de especialistas e cientistas africanos dedicados ao estudo do passado de seu próprio continente. Esse novo desdobramento da situação, que contribui para a superação dos problemas sublinhados ao longo deste texto, constitui a razão pela qual o novo empreendimento docente preconizado na Lei nº 10.639/2003 não poderá prescindir da historiografia especificamente produzida por africanos, sem ferir gravemente as exigências de rigor e de respeito pela verdade cientificamente elaborada e demonstrada.

Trata-se de especialistas que conhecem a África a partir de dentro, por meio das mentalidades, cosmogonias, línguas e estruturas que moldaram aquelas sociedades ao longo da mais extensa história do planeta. Uma abordagem da *África a partir de dentro* implica uma capacidade *intuitiva* que se situa além das possibilidades contidas na própria pesquisa, e que, por sua vez, confere ao especialista uma maior propensão para a compreensão até das múltiplas sutilezas contidas nos termos que descrevem e definem as realidades socioeconômicas, cosmogônicas e relacionais próprias às estruturas concretas. Isso que chamaremos de *conhecimento orgânico* – que está implícito na condição de ter nascido e ter sido socializado nas línguas, na psicologia (mentalidade), nas estruturas concretas e no mundo relacional em que se forja uma cultura e se inscreve uma história – não poderá ser desconsiderado⁴⁰.

³⁹ Ver: Anexo I: Bibliografia mínima norteadora.

⁴⁰ Essa realidade deveria ser cristalina para aqueles que, na América do Sul, sempre denunciaram o olhar historiográfico norte-americano como sendo um fator redutor da experiência especificamente sul-americana e que, conseqüentemente, lutaram pela existência de uma historiografia sul-americana construída *a partir de dentro*.

Existe no momento um importante corpo de obras básicas, incontornáveis, produzidas por africanos, que podem e devem servir para ampliar as bases do saber sobre esse continente assim como para a reconfiguração e reestruturação dos programas de estudos africanos em todos os níveis. Embora não sejam, e de longe não serão, as únicas obras rigorosas sobre os assuntos em questão, as problemáticas que tratam são suficientemente específicas para constituir, no seu conjunto, uma sólida base geral para ajudar a assentar os estudos e as pesquisas sobre a história da África.

Nem toda a produção historiográfica africana, como é lógico, terá o mesmo peso nem a mesma confiabilidade. Existe, ainda, o caso de historiadores africanos que, por não se desprenderem suficientemente da hegemonia ideológica do mundo ocidental ou do Oriente Médio, tergiversam com as realidades históricas do seu próprio continente; alguns, por medo de se contrapor às tradições do mundo árabe-islâmico, que continua pautando ideologicamente a vida de muitas sociedades africanas por meio do Islã e dos costumes árabes, outros, por medo de incomodar as dinâmicas hegemônicas do universo judeu-cristão atualmente dominante. Felizmente, se trata de uma minoria, facilmente reconhecível pelo caráter apologético, ou legitimador, das suas produções.

Pelo contrário, as novas gerações de especialistas africanos exibem um *pensamento crítico* de qualidade que privilegia o rigor científico e a busca da verdade a qualquer custo, em contraposição àquele pensamento, tentador, que consistiria na apologia sistemática do passado pré-islâmico ou pré-colonial. Ao mesmo tempo, a maioria desses cientistas mostra uma preocupação empática pelo destino de um continente abalado, razão talvez pela qual tenham produzido obras que incomodam, ou cujas conclusões freqüentemente conflitam com as interpretações dominantes. Em todo caso, a historiografia africana está em pleno processo de descolonização intelectual, graças às obras de uma nova estirpe de historiadores africanos, entre os quais o nome do senegalês Cheikh Anta Diop,⁴¹ grande visionário das novas perspectivas epistemológicas, merece especial reverência.

⁴¹ Cheikh Anta Diop é considerado como a personalidade científica africana que mais marcou o século XX. Físico, matemático, químico, egiptólogo, antropólogo, lingüista, sociólogo e historiador, ele foi, desde a década dos anos 1950, o verdadeiro precursor de uma visão histórica alternativa solidamente ancorada na pesquisa objetiva. No calor da ideologia racial que predominava na academia ocidental da época, sua primeira tese de doutoramento, sobre o Egito faraônico, foi recusada por uma banca de eminentes egiptólogos franceses. Esse trabalho precursor se converteu na sua mais célebre obra, *Nações Negras e Cultura*, livro seminal que de um golpe reverteu a projeção anti-científica dos estudos “africanistas” que dominaram os séculos XVIII, XIX e a maior parte do século XX. Mundialmente célebres, mas ainda desconhecidas na América Latina, as obras de Diop provocaram um amplo debate que culminou na elaboração subsequente, com sua participação, de uma história geral *descolonizada* do continente africano, sob a coordenação da Unesco. Diop morreu de um infarto, aos 62 anos, em 1986, deixando um rico acervo de obras essenciais incontornáveis.

CONCLUSÃO

PARA UMA PEDAGOGIA EMPÁTICA

O avanço constante do conhecimento científico sobre a África, em especial nos campos da paleontologia e da antropobiologia, não cessam de confirmar que esse continente foi o lugar privilegiado, onde surgiu a consciência humana e onde se elaboraram as experimentações que conduziram à vida em sociedade. Contudo, a lentidão da assimilação/integração desses dados revolucionários pelo meio acadêmico continua sendo um problema, razão pela qual a reatualização dos conhecimentos deverá constituir peça importante do processo didático. À primeira vista, uma das formas eficientes de alcançar esses objetivos seria a organização de oficinas de formação para agentes multiplicadores selecionados, preferencialmente, entre os docentes das disciplinas humanas, e não somente na disciplina histórica.

A sensibilidade do docente determinará em muitos casos a predisposição à aceitação, ou à rejeição, das teses raciológicas e manipulações legitimadoras que inevitavelmente vestirão a roupagem “acadêmica”. Por isso, o docente incumbido do ensino da matéria africana deverá cultivar sua *sensibilidade* em relação aos povos e às culturas oriundas desse continente. Num país como o Brasil, onde as tradições e culturas africanas nutrem de maneira tão vigorosa a personalidade do povo brasileiro, a empatia para com a África apareceria como algo natural, mas ela não é, apesar de todos os brasileiros serem herdeiros das tradições e cosmovisões desse continente.

OS NOVOS DESAFIOS

O(A) professor(a) incumbido(a) da missão do ensino da matéria africana se verá obrigado(a) durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria.⁴² Também terá de defrontar com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial que se manifesta por meio das “novas” idéias que legitimam e sustentam os velhos preconceitos.⁴³

⁴² Ver, a esse respeito: OBENGA, Theophile, *Le sens de la lutte contre l’africanisme eurocentriste*. Paris: L’Harmattan e Khepera, 2001; TEMU, A., SWAI, B., *Historians and Africanist History: A Critique*. Post-Colonial Historiography Examined. Londres: Zed Press, 1981.

⁴³ Ver, entre outros: CURTIN, Philip D., *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969; WEBB, James A., *The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850*. Madison: University of Wisconsin Press, 1995. ANSTEY, Roger, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*. Londres, The MacMillan Press, 1975.

Trata-se daqueles africanistas – designados como “revisionistas” e “negacionistas” por Elikia M’Bokolo⁴⁴ – que afogam os fatos históricos com sofisticadas armações estatísticas e argumentos “técnicos” que tendem a relativizar as terríveis conseqüências do mais trágico momento da história da África e da humanidade, apagando – seja mediante a omissão ou a sua simples negação⁴⁵ – aqueles eventos que hoje resultam insuportáveis para a consciência humana. Estamos diante de novas tentativas de banalização dos efeitos do racismo e das agressões imperialistas por parte de verdadeiros soldados ideológicos da visão e das estruturas hegemônicas que tomaram conta do planeta.

À guisa de conclusão, aparece-nos como uma evidência tanto acadêmica quanto moral, que o respeito da *verdade* quanto à inscrição histórica dos povos africanos, no tempo e no espaço, deve nortear todos os esforços de pesquisa e de ensino da história da África, assim como da história das comunidades afro-descendentes.

Levando em conta tudo o que precede, os estudos sobre a história da África, especificamente no Brasil, deverão ser conduzidos na conjunção de três fatores essenciais: uma alta sensibilidade empática para com a experiência histórica dos povos africanos; uma constante preocupação pela atualização e renovação do conhecimento baseado nas novas descobertas científicas; e uma interdisciplinaridade capaz de entrecruzar os dados mais variados dos diferentes horizontes do conhecimento atual para se chegar a conclusões que sejam rigorosamente compatíveis com a verdade.

Esses três pré-requisitos estão, por sua vez, vinculados ao problema mais geral que radica na necessidade de chegar-se a um maior grau de compreensão das diferenças e da alteridade, como fatores estruturantes da convivência humana. O conhecimento do Outro, de sua identidade étnica, cultural, sexual ou racial, do seu percurso humano, de sua *verdadeira* inscrição histórica, possibilita a convivência confortável, se não feliz, com as diferenças fundamentais.

Um novo olhar objetivo sobre a África se converte numa exigência pragmática, acadêmica, cultural e política. No entanto, ela também está intimamente vinculada às múltiplas interações do corpo social brasileiro, incidindo, propriamente, como está determinado pela Lei, na história das populações afro-descendentes no mundo inteiro. Estabelecer as múltiplas

⁴⁴ Ver: M’ BOKOLO, Elikia, *África Negra. História e Civilizações*, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003, especialmente caps. III e IV, neste com especial atenção às páginas 322-325.

⁴⁵ O ato fundador do negacionismo especificamente brasileiro foi, sem dúvida, a queima, por ordem de Rui Barbosa, de grande parte dos arquivos relativos à escravidão dos africanos no Brasil.

conexões entre todas essas histórias vinculadas ao continente matricial será, portanto, outro aspecto configurador da problemática tratada neste estudo.

É nesse sentido que o novo esforço educador tem o potencial, e pode se transformar num fator democratizante de um amplo processo integrador com vocação universal. Entretanto, é evidente que quando se vincula a história da África com as histórias das diásporas afro-descendentes, como prevê acertadamente a Lei, surgirá uma gama de reações de todo tipo, desde os melhores sentimentos conduzentes a um melhor convívio inter-racial até as tendências mais conservadoras ligadas a um passado escravista mal assumido.

As medidas capazes de garantir a generalização do ensino da história da África num país onde prepondera, cultural e demograficamente, o componente surgido desse continente correspondem, efetivamente, a uma perspectiva de construção *nacional* de longo alcance. Poderá o esforço didático do(a) professor(a) se desincumbir dessa complexa responsabilidade?

O(A) professor(a) incumbida(o) da missão do ensino da história dos povos e das civilizações da África – que, como já vimos, não é uma história qualquer – dificilmente poderá permanecer insensível a todas essas considerações. Pensamos que, pelo contrário, a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência à medida que a sua sensibilidade empática para a matéria e para o seu entorno social for elevada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJAYI, J. F. Ade. *General History of Africa: Africa in the Nineteenth Century Until the 1880s*. Los Angeles: University of California Press, 1998

_____. *People and Empires in African History*. Essays in Memory of Michael Crowder. London: Longman, 1992.

AJAYI, J. F. Ade e CROWDER, Michael (orgs.). *History of West Africa*, 2 volumes. Londres: Longman, 1985.

AKINJOGBIN, I. A. *Dahomey and its Neighbours (1708-1818)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ANSTEY, Roger. *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*. London, The MacMillan Press, 1975.

- BAECHLER, Jean. *Les origines du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1971.
- BAKIR, Abd el-Mohsen. *Slavery in Pharaonic Egypt*. Cairo, 1952.
- BARRY, Boubakar. *Le royaume du Wallo*. Le Senegal avant la conquête. Paris: Karthala, 1985.
- . *Le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala, 1985;
- CHANANA, Dev Raj. *Slavery in Ancient India: as Depicted in Pali and Sanskrit Texts*. New Delhi, 1960.
- CISSOKO, Sekene Mody. *Histoire de l'Afrique occidentale*. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850). Paris: Présence Africaine, 1966.
- . *Tombouctou et l'Empire Songhay*. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.
- Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Winsconsin Press, 1969.
- DAVIS, David Brion. *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DIAGNE, Pathé. *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale*. Essais sur les Institutions politiques précoloniales. Paris: Présence Africaine, 1967.
- DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations négres, mythe ou vérité historique?* Paris: Présence Africaine, 1967, 1993.
- . *Civilisation ou Barbárie*. Paris: Présence Africaine, 1981.
- . *L'Afrique noire précoloniale*. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987.
- . *L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1959.
- . *Nations nègres et Culture*. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979.
- . *Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langues négro-africaines*. Dakar: IFAN-NEA, 1977.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: GRAAL Editora, 1991.

HOWELLS, William. *Getting Here: The Story of Human Evolution*. Washington, D.C.: The Compass Press, 1993.

HUBBE, M.O.R, ATUI, J.P.V, AZEVEDO, E.T.& NEVES, W.A. *A Primeira Descoberta da América*. Evolução Humana. Sociedade Brasileira de Genética. Ribeirão Preto: Atheneu, 2003.

KI-ZERBO, Joseph. *Historie de l'Afrique Noire*. Paris: Hatier, 1978.

LEVY-BRUHL, Lucien. *La mentalité primitive*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

LEWIS, Bernard. *Race and Slavery in the Middle East*. London: Oxford University Press, 1994.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M' BOKOLO, Elikia. *África Negra*. História e Civilizações, tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

MEILLASSOUX, Claude, *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

———. *L'Esclavage en Afrique précoloniale*. Paris: Maspero, 1975;

MENDELSON, Isaac, *Slavery in the Ancient Near East: a Comparative Study of Slavery in Babylonia, Assyria, and Palestine, from the Middle of the Third Millennium to the End of the First Millennium*. Nova York: Oxford University Press, 1949.

OBENGA, Theophile. *Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale*. Paris: Présence Africaine, 1976.

———. *Le sens de la lutte contre l'africanisme eurocentriste*. Paris: L'Harmattan e Khepera, 2001.

———. *Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes: Introduction à la linguistique historique africaine*. Paris: L'Harmattan, 1993.

STRINGER, Christopher e MCKIE, Robin. *African Exodus: The Origins of Modern Humanity*. New York: Henry Holt, 1998.

TATTERSALL, Ian. *The Last Neanderthal: The Rise, Success and Mysterious Extinction of Our Closest Human Relatives*. Colorado: Westview Press, 1999.

TATTERSALL, Ian e SCHWARTZ, Jeffrey H. *Extinct Humans*. Colorado: Westview Press, 2000.

TEMU, A., SWAI, B. *Historians and Africanist History: A Critique*. Post-Colonial Historiography Examined. Londres: Zed Press, 1981.

VERLINDEN, Charles. *L'Esclavage dans l'Europe Médiévale*. Bruges: De Tempel, 1955.

WEBB, James A. *The Desert Frontier: Ecological and Economic Change Along the Western Sahel, 1600-1850*. Madison: University of Winsconsin Press, 1995.

WESTERMANN, William L. *The Slave Systems of Greek and Roman Antiquity*. Philadelphia: American Philosophical Society, 1974.

WILBUR, C. Martin. *Slavery in China during the Former han Dynasty, 206B.C.-A.D. 25*. Chicago: Field Museum of Natural History, 1943.

ANEXO 1

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA NORTEADORA DE OBRAS BÁSICAS SOBRE A ÁFRICA

BARRY, Boubakar. *Le royaume du Wallo. Le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala, 1985.

DIAGNE, Pathé. *Pouvoir politique en Afrique occidentale*. Paris: Présence Africaine, 1967; *Histoire générale de l'Afrique noire*, vol. 2. Paris: UNESCO, 1978.

DIOP, Cheikh Anta, *L'Unité Culturelle de l'Afrique Noire*. Paris: Présence Africaine, 1959, 1982; *Nations nègres et Culture*. Paris: Présence Africaine, 1954, 1964, 1979; *L'Afrique Noire pré-coloniale*. Paris: Présence Africaine, 1960, 1987; *Civilisation ou Barbárie*. Paris: Présence Africaine, 1981, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África negra*, volumes I e II (3ª. ed.). Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. *Afrique noire histoire et civilisations, jusqu'au XVIII^e siècle*, Tomos I et II. Paris: Hatier-Aupelf, 1995⁴⁶.

⁴⁶ O volume I foi publicado em português: M'BOKOLO, Elikia, *África negra*. História e civilizações, tomo I até o século XVIII. Lisboa: Editora Vulgata, 2003.

OBENGA, Theophile, *L'Afrique dans l'Antiquité*. Égypte ancienne-Afrique noire. Paris: Présence Africaine, 1973; *Afrique centrale précoloniale*. Documents d'histoire vivante. Paris: Présence Africaine, 1974; *La Cuvette Congolaise*. Les hommes et les structures. Contribution à l'histoire traditionnelle de l'Afrique centrale. Paris: Présence Africaine, 1976; *Les Bantu, Langues-Peuples-Civilisations*. Paris: Présence Africaine, 1985; *La Philosophie africaine de la période pharaonique - 2780-330 avant notre ère*. Paris: L'Harmattan, 1990; *Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues negro-africaines modernes*. Introduction à la linguistique historique africaine. Paris: L'Harmattan, 1993; *Cheikh Anta Diop, Volney et le Sphinx*. Contribution de Cheikh Anta Diop à l'Historiographie mondiale. Paris: Présence Africaine e Khepera, 1996.

CISSOKO, Sekene Mody. *Histoire de l'Afrique occidentale*. Moyen Age et Temps Modernes (VII^e siècle-1850). Paris: Présence Africaine, 1966; *Tombouctou et l'Émpire Songhay*. Dakar: Nouvelles Editions Africaines (NEA), 1975.